

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º. 1/2009

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. -----

----Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 17 de Fevereiro de 2009, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do n.º1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----Ponto Dois – Aprovação da alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso; -----

----Ponto Três – Autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia; -----

----Ponto Quatro – Declaração de Interesse Público do Sistema de Drenagem e da Estação Elevatória proposta para as Madeiras, Praia do Ribatejo; -----

----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

----Rui Monteiro Picciochi; -----

----Vitor Dias da Silva; -----

----José Maria Chambel Esteves; -----

----Inocência Rodrigues Cruz; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----
-----Paulo Alexandre Mateus Passos; -----
-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----
-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
-----Maria Paula Albuquerque Valente; -----
-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----João Filipe da Silva Ricardo; -----
-----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----
-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----
-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----
-----Fernando Marques Aparício; -----
-----Manuel Pequito Cardoso. -----

Não comparecendo os Senhores Deputado Municipais Ana Rita Lopes Inácio, Emmanuel José Amaral e Valter Caldeira tendo apresentado a respectivas justificações de falta; -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Manuel Maria Ferreira Honório e Rui Constantino Martins. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

De seguida tomou posse a Deputada Municipal Dr^a Maria Paula Albuquerque Valente substituindo a Senhora Deputada Dr^a Maria do Rosário Correia que renunciou ao cargo tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista, o Senhor José Marques Aparício, que por sua vez recusou o cargo. -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou sobre a justificação de faltas que os Senhores Deputados Municipais Emmanuel Amaral e Ana Rita Lopes Inácio. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 5, da reunião de 19 de Dezembro de 2008, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para intervir sobre a acta inscreveu-se o seguinte Deputado: -----

= A Senhora Deputada **Maria Paula Valente** tomou da palavra para referir que na página 32 e 34, o seu nome não está correcto, pois está Ana Paula em vez de Maria Paula. -----

Após a intervenção por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº5/2008 da reunião realizada a 19 de Dezembro de 2008, sobre o qual foram propostas rectificações, as quais constam nos parágrafos anteriores. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 4 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Inocêncio Cruz, Vítor Dias da Silva e Carlos Timóteo. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio cruz** tomou da palavra para agradecer à Assembleia Municipal os votos de condolências dados em sessão anterior, pelo falecimento de sua mãe. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** solicitou esclarecimentos ao executivo camarário sobre os seguintes assuntos: -----

- Se os trabalhos no Pavilhão Desportivo da Escola da Praia do Ribatejo já tinham sido realizados; -----

- Sobre a antena colocada no Centro da Freguesia de Moita do Norte, para que serve e se tem influência na saúde das pessoas; -----

- Se está prevista alguma desratização nas ribeiras da Freguesia de Moita do Norte; -----

- Se actualmente as taxas aplicadas pelo Município cumprem a legislação; -----

- Se há alguma ideia mais concreta e real sobre o problema do ambiente nomeadamente na colocação de mais ecopontos; -----

- Qual o ponto de situação do Plano Intermunicipal entre o Município de Vila Nova da Barquinha e o Município do Entroncamento; -----
 - Relativamente à ampliação do jardim-de-infância de Moita do Norte e sua mudança temporária para a Associação do Cardal, qual o valor da renda a cobrar ao Município; -----
 - Qual a posição da Câmara relativamente à criação de equipas permanentes dos Bombeiros; -----
 - O que é que a Câmara pensa fazer relativamente à crise, ao aumento de desemprego, às dificuldades de alguns Municípios; -----
 - Qual tem sido a actuação da CPCJ (Comissão de protecção de Crianças e Jovens em Risco), relativamente ao aumento de casos que tem havido no Distrito de Santarém, e qual a periodicidade das reuniões tanto da comissão restrita como da alargada; -----
 - Qual a posição do Conselho Municipal de Segurança relativamente ao aumento de insegurança no concelho e se este tem reunido; -----
 - E por último qual o papel nos últimos tempos da Comissão Municipal de Saúde; -----
- = O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** tomou a palavra para solicitar informação sobre a posição do Município relativamente aos problemas inerentes à crise geral que o país atravessa, com forte incidência nas famílias, visto que o concelho de Vila Nova da Barquinha é um concelho débil principalmente no aspecto económico das famílias, sendo a grande maioria pessoas com grandes dificuldades económicas, de classes sociais que vivem do seu trabalho; -----
- = O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** perguntou se o Município tinha algumas propostas para fazer face a situação socioeconómica do país e se alguma discussão que tenha sido feita no executivo para contribuir para a diminuição da crise e de alguma forma poder apoiar a actividade económica. –
- Quanto ao facto do Governo permitir o ajuste directo para obras até 5 milhões de euros, perguntou quais os critérios que presidirão à selecção de empresas que prestem serviço para o Município; -----
- = O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

- Qual o ponto da situação da colocação de sinalização na Freguesia da Atalaia; -----
- A que se deve a colocação da antena na Freguesia de Moita do Norte; -----
- Se foi feita reunião no âmbito do Conselho Municipal de Segurança; -----
- Qual o ponto de situação sobre o Lar Dr. Francisco Cruz; -----
- Relativamente à manutenção dos arruamentos, questionou quais os prazos para a sua realização e qual a sua prioridade, uma vez que há ruas que nem alcatrão têm; -----

Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Relativamente ao Pavilhão Desportivo da Praia do Ribatejo informou que só faltam os trabalhos de pintura; -----
- Esclareceu que aplicação da antena colocada no centro da Freguesia de Moita do Norte cumpriu os normativos legais, tendo sido apresentado o pedido pela operadora e solicitados pareceres técnicos. Referiu que se fizesse a medição da radiação no interior das habitações esta seria superior à medição realizada no exterior, existindo directivas europeias que estão a ser cumpridas. Mencionou que na tarde de atendimento ao público recebeu Municípes, do qual resultou uma solicitação da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha à ANACOM para que se seja realizada uma análise sobre a antena e que seja apresentado um relatório ao Municípes; -----
- Em relação a desratização informou que é feita 2 vezes por ano, embora a incidência seja ao nível dos esgotos domésticos e pluviais e que a próxima será realizada no mês de Abril. Referiu que desconhece que se faça a desratização ao nível das ribeiras ou se o facto de se fazer nos esgotos pluviais e domésticos tem influência; -----
- Relativamente à questão das taxas e do seu regime geral informou que foi dado mais um ano às Autarquias para a adaptação ao novo regime. Mencionou que as taxas se encontram subavaliadas e que o novo regime originaria um aumento em casa de 50%, considerando a autarquia que seria desejável um crescimento de 10% ao longo de 5 anos para permitir uma adaptação gradual. No actual contexto económico, a decisão da Câmara foi de actualização automática pela inflação e a tomada de uma decisão final até final de Março; -----

- Em relação aos ecopontos referiu que desde há muito tempo tem manifestado junto da Resitejo que um dos seus objectivos deveria ser a sua duplicação. Informou que existe uma candidatura e que a colocação de mais ecopontos está dependente da sua aprovação, sendo certo que este é um dos pontos que está no plano da Resitejo; -----
- Quanto ao Plano Intermunicipal de Vila Nova da Barquinha e Entroncamento mencionou que é um assunto que se encontra parado pelo facto de se depararem algumas dificuldades entre os Municípios, entre os quais a falta de técnicos no Município de Vila Nova da Barquinha; -----
- Relativamente ao Jardim-de-infância de Moita do Norte referiu que depois das férias da Páscoa será feita a transferência para a Associação do Cardal, a qual recebe uma renda mensal da Câmara Municipal no valor de 355 euros pela sua utilização. De igual modo, referiu que já se efectua o pagamento pelo facto de o edifício já ser utilizado para as refeições escolares; -----
- Em relação às equipas permanentes dos Bombeiros informou que a Câmara vai aderir ao processo e a partir do mês de Maio será uma realidade conjugado com outras intervenções nomeadamente ao nível das infra-estruturas; -----
- Relativamente à CPCJ informou que o relatório anual de actividades foi enviado em Fevereiro para a Comissão Nacional e que se o desejarem este pode ser facultado aos membros da Assembleia para que tenham conhecimento. Referiu que, em 2008, os novos casos foram 15 e que existe um total de 68 casos activos. Informou que as reuniões da comissão restrita reúne uma vez por semana às segundas-feiras e que a Comissão alargada reúne de 2 em 2 meses, sendo que a última reunião foi realizada em Novembro de 2008 e a próxima será realizada em Março; -----
- Quanto à Comissão Municipal de Saúde mencionou que reúnem 2 vezes por ano, tendo sido a última em Novembro de 2008, e que não há grandes mudanças, apenas a existência de um novo agrupamento de saúde que reúne os concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere, Constância e Vila Nova da Barquinha, mas do qual ainda não foram efectuadas mudanças ao nível do Centro de Saúde; -----
- Em relação à insegurança no concelho referiu que o efectivo na GNR passou de 17 agentes para 22, com mais 5 efectivos, facto que permite a existência de mais policiamento na rua, junto aos estabelecimentos escolares e a pé no

centro na vila, existindo contudo carências ao nível de viaturas. Face a esta evolução a pressão que se pretendia realizar através da reunião do Conselho Local de Segurança deixou de ser tão prioritária; -----

- Relativamente aos ajustes directos informou que, ao contrário do que se possa imaginar, as Câmaras não passam a ter a possibilidade de definir o valor de uma empreitada. Trata-se de um processo facilitador no sentido em que são dispensados um conjunto de formalismos, como sejam a publicação em Diário da República, os prazos são mais alargados, mas no entanto não é dispensada a consulta a várias empresas. De igual modo, referiu que para as empreitadas dificilmente se utilizará por este mecanismo, a não ser por motivo de urgência, mas que ao nível dos projectos, que têm valores mais baixos, não se exclui a hipótese de se recorrer a ajustes directos, sempre com consultas a várias empresas; -----

- Quanto à sinalização na Freguesia da Atalaia informou que nesta primeira fase do ano ainda não foi concretizada mas que será realizada antes da próxima sessão da Assembleia Municipal; -----

- Quanto aos prazos e prioridades das estradas referiu que a prioridade foi dada aquelas obras que já tinham projecto, sendo que para as ruas que irão ser intervencionadas nesta primeira fase já foi lançado concurso público e que numa segunda fase serão executados alguns arruamentos da freguesia da Atalaia e arruamentos da Freguesia da Praia do Ribatejo, nomeadamente, nos Matos e em Tancos, e numa terceira fase a Estrada de Vale Seixo; -----

- Relativamente à crise mencionou que se vive um período único em termos mundiais, em que muitas economias estão simultaneamente em recessão e em que o desemprego tem crescido bastante. Referiu que a crise afecta sobretudo quem está a perder o emprego, nomeadamente, ao nível do sector privado. Referiu que quem está no sector público neste momento está a ver o seu rendimento disponível a aumentar devido ao facto de haver um decréscimo a nível dos empréstimos, visto que o rendimento está a aumentar 2,9% enquanto a inflação está na casa de 1%. Mencionou que se encontra disponível no site IEFP (Instituto Emprego e Formação Profissional) os números do desemprego do concelho de Vila Nova da Barquinha que eram, em Janeiro de 2005, 309 desempregados, em Dezembro de 2008, 172 desempregados. Quanto a Janeiro de 2009 houve um aumento de mais 24

desempregados, pelo que o concelho passou a ter 196 desempregados. Referiu que existem concelhos com o mesmo número de habitantes que têm mais de 70% de desempregados que o Concelho de Vila Nova da Barquinha. Mencionou que a Comissão Local de Acção Social reuniu e debateu as medidas a tomar e sobre a necessidade de concertação da actuação das instituições de apoio social a actuar no terreno, como a Câmara Municipal, a Santa Casa de Misericórdia, a Fundação, a Caritas, as Conferências São Vicente de Paulo e Nossa Senhora da Assunção. -----

- Referiu que 2009 foi o primeiro ano desde algum tempo em que a Câmara não fez a actualização do tarifário da água; -----

---- **De seguida foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções:** -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** tomou a palavra para referir que nem toda a população trabalha para a Função Pública e que apenas 17% da população activa está afectada à mesma. Mencionou que não se deve procurar o drama social apenas nos 172 casos de desemprego mas também nos 68 casos que foram reportados na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Afirmou que, tendo em conta a gravidade da situação, a ajuda não pode ser em demasia, porque está fora do alcance do Município, apresentou um texto com algumas sugestões para colmatar a crise. - **(vide anexo 2)**; -----

Referiu que as medidas sugeridas não são muito diferentes de outras feitas por municípios, não estando relacionadas com a cor política; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o documento tem de ser ponderado em termos financeiros. -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** tomando novamente a palavra referiu que, em relação aos ajustes directos, conhece bem o caso do Pavilhão Desportivo da Escola da Praia do Ribatejo e que durante 2 ou 3 anos choveu dentro do mesmo, por isso a Câmara deve reconsiderar que empresas deve seleccionar; -----

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que o Senhor Presidente se conforma com os dados e com as estatísticas apresentadas pelo IEFP e que a Câmara é uma entidade próxima de todos e das famílias e se tem um serviço social deveria fazer algum trabalho no sentido de não deixar que as coisas se arrastem, deveriam andar no terreno, saber quais as famílias carenciadas; ----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** questionou qual a operadora e a que se destina a colocação da Antena; -----

- Se no futuro os valores das taxas serão os mesmos; -----

- Se em relação aos ecopontos vão haver oleões; -----

- Se a Câmara já analisou o facto do concelho de Vila Nova da Barquinha ter um valor baixo de desemprego; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que antigamente não existiam estudos para os problemas de radiação emitida pelas antenas e acha importante o facto de ter sido a população a juntar-se e a querer obter uma resposta para a colocação da referida antena. Relativamente à crise mencionou que esta não deve ser vista de ânimo leve e que a Administração Pública, apesar do dinheiro que tem perdido nos últimos anos e do Estado se ter andado a governar com dinheiro que tirou da Administração Pública em termos de carreiras e congelamentos de salários. Mencionou que o facto de ser ano de eleições, alguma coisa teria de lhe ser dada como os 2,9% de aumento. Mencionou a necessidade de fiscalização para detectar empresas com encerramento de actividade de forma fraudulenta, o que é um atentado aos trabalhadores. O facto de existirem medicamentos que são comparticipados para alguns sectores da população, designadamente, os militares, sendo que aqueles que têm níveis de rendimento elevado pagam um baixo custo pelos medicamentos, enquanto as pessoas com pouco dinheiro pagam muito caro. Para finalizar, afirmou a necessidade de existir justiça social no país e redistribuição equitativa da riqueza. -----

= O Senhor Presidente da **Assembleia Municipal** tomou a palavra para referir que em vez de se falar de crise deveria falar-se em recuperação. Referiu que o país está a ultrapassar duas situações graves, a situação financeira e a económica, que parecem iguais mas não são. Mencionou que o problema a resolver é pensar a recuperação, como se vai dar a volta ao assunto e que a própria autarquia terá que pensar em alterações. Interrogou a Câmara se a estatística dos desempregados considera os que recebem subsidio ou os que estão desempregados, relativamente ao salto de 0,5% para 0,8% nos 3 anos; -
Relativamente à proposta da CDU referiu que tem o seu peso e a sua coerência, mas é necessário saber o que representa em termos financeiros e que apenas a Câmara poderá facultar essa resposta e que, assim, propunha

que fosse entregue à Câmara para que realize o estudo económico da proposta e que seja debatida na sessão da Assembleia Municipal de Abril; -----

Tomando novamente a palavra os Senhores deputados referiram do seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que não vê o documento entregue pela CDU como uma proposta mas sim como um conjunto de sugestões a serem exploradas pela Câmara e que esta analisará; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** questionou que se a proposta da CDU baixar a Câmara Municipal para estudo de viabilidade económica em que tempo útil será posta em prática visto que alguns dos pontos têm de ser aprovados pela Assembleia Municipal. Mencionou que a proposta deve ser vista como uma ideia que a Câmara vai trabalhar e que permita a todos os membros da Assembleia pensar sobre o assunto. Em resposta ao senhor Deputado Vítor Dias da Silva e em relação à Comissão Local de Acção Social referiu que se esta reuniu é porque já tem algumas propostas para realizar e o que se pode fazer é pedir à Câmara Municipal que as dê a conhecer à Assembleia Municipal; -----

-= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que não se trata de uma crise financeira mas sim de uma crise que gera desemprego a nível mundial, estando todos países a serem afectados ao nível da economia real. Afirmou que se trata também de uma crise de sobre – produção, à semelhança da crise de 1929 na qual a introdução de inovações, como o motor eléctrico, que pouparam mão-de-obra à semelhança das inovações recentemente ocorridas com a informatização e robotização da economia, sendo necessário facilitar a criação de novos sectores e de empregos em novas áreas. Saliou que todas as propostas que possam, com alguma racionalidade económica, aliviar os encargos das famílias e aumentar o rendimento disponível irão ajudar a ultrapassar o problema do sub-consumo que está a afectar todas as pequenas e médias empresas, mas garantindo a viabilidade económica dos serviços que a Câmara presta à população e que é essencial continuarem a prestar-se com o nível de qualidade que até agora têm apresentado. -----

Relativamente à proposta referiu que é positiva a contribuição em termos de ideias mas que alguns pontos mencionados já têm vindo a ser objecto de intervenção e algumas medidas já foram tomadas por parte da Câmara

Municipal, dando como exemplo o programa PROHABITA em termos de alojamento de munícipes carenciados, a redução das taxas do IMI, a manutenção de taxas e tarifas sem actualização, a prática de preços baixos e aceitáveis para os serviços culturais, sociais e desportivos. -----

- Por outro lado, afirmou que a medida de redução de custos para as pequenas e médias empresas com garantias bancárias é positiva, mas que a redução das taxas de licenciamento está vocacionada para o sector da construção e como se constata se a crise fosse tão grave neste sector se verificaria um efectivo ajustamento de preços das habitações, o que ainda não ocorreu. Além disso referiu que a criação de fundo para apoio a microempresas é competência e vocação do Ministério da Economia. Por fim, afirmou que a adjudicação directa às empresas locais é incoerente com a intervenção em que pediram critérios objectivos para os ajustes directos, visto ser ilegal efectuar ajustes directos a empresas com base em critérios geográficos, e que o aproveitamento dos fundos comunitários é aquilo que actualmente a Câmara está a fazer. -----

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

Relativamente à proposta da CDU referiu que são sugestões e não documentos de aplicação directa por via da Assembleia Municipal e mencionou que a maioria dos pontos já se encontra em prática por parte da Câmara Municipal, como sejam o realojamento de carenciados, a baixa do IMI, da manutenção das taxas, a aceitação de pagamentos em prestações nas contra ordenações, em que a Câmara analisa caso a caso e permite que assim seja feito, a garantia real em vez da garantia bancária tem vindo a ser aprovada sempre que a avaliação determine essa possibilidade, e que o endividamento da Câmara tem vindo a ser realizado para aproveitamento dos fundos comunitários; -----

- Informou que a antena colocada na Freguesia de Moita do Norte é de telecomunicações e que este tipo de antenas vai ser cada vez mais comum porque ao contrário da antena que serve apenas o telemóvel, que tem um nível abrangente maior, sendo neste caso uma antena de dados, para a Internet móvel, aumenta a importância da sua localização próxima de aglomerados urbanos pelo que a tendência será para se multiplicarem cada vez mais. Mencionou que a operadora é a Vodafone; -----

- Relativamente à interpretação dos valores do desemprego registado no concelho e do comparativo de Janeiro de 2005 – Dezembro de 2009, referiu que se baseou nos quadros apresentados pelo IEFP onde compara o desemprego nos diferentes meses. O facto de haver menos desemprego informou que se deve ao facto da localização do concelho, de novas empresas, novos habitantes do concelho com emprego e à criação do Centro de Negócio que cria emprego ao contratar pessoas do concelho, como é exemplo a empresa Transportadora Turquelense que está a ponderar contratar pessoas do concelho daqui a dois ou três anos; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** tomou a palavra para referir que a crise não é um estado de espírito, como se quer crer e que não surgiu por geração espontânea e não vai desaparecer tão depressa como todos o desejavam. Ainda em relação a este assunto referiu que as taxas não apareceram com valores elevados de um momento para o outro, foram subindo até atingirem um ponto incomportável e que se Portugal tem os serviços mais caros da Europa foi porque os bens essenciais foram subindo. Por último, a respeito da crise referiu que cada um tem a sua perspectiva e que é normal que se regem pelas ideias do Governo; -----

Tendo sido colocada à votação a recomendação da CDU (Coligação Democrática Unitária) relativamente às medidas para combater a crise que afecta o concelho de Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados nos termos regimentais a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo Público o Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados se desejavam fazer intervalo, o que se fez pelo período de 20 minutos. -----

O Senhor presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 3)** -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou uma cópia do protocolo assinado com a Agência de Modernização Administrativa relativamente à Loja do Cidadão; -----

-Questionou qual o tempo de intervenção e o valor da obra na EN3; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** congratulou a Câmara Municipal pela Loja do Cidadão e solicitou esclarecimentos quanto aos seguintes assuntos: -----

- Quem vai pagar a renda das instalações da Loja do Cidadão: -----

- Qual a explicação à frase mencionada na informação escrita: ...”o governo segue uma política de recuperação de património...”; -----

- A que se referem os processos judiciais 14º e 15º; -----

- Se os novos 20 postos de trabalho se referem a pessoas que já trabalhavam na empresa Espaço Mecânico ou se foram contratados outros; -----

- Relativamente ao empréstimo aprovado em sessão de Assembleia Municipal anterior questionou quais as razões das obras mencionadas no projecto não serem as mesmas mencionadas na informação escrita; -----

- Qual a localização do parque de estacionamento em Vila Nova da Barquinha e na Atalaia e que a freguesia de Moita do Norte carece de um parque de estacionamento no centro assim como no Cardal em frente ao restaurante Platina; -----

= O Senhor Deputado **Inocência Cruz** realçou que mesmo em tempo de crise o Município não pode parar. Relativamente à Loja do Cidadão informou que concorda, mas que espera que esta não seja um veículo para serem desactivados alguns serviços da Administração Regional e que seja uma representação de alguns organismos públicos e privados em conexão mas que não haja um só funcionário a tratar de todos os assuntos; -----

- Questionou qual a localização do Parque de Estacionamento de Vila Nova da Barquinha; -----

- Relativamente ao Campo de Jogos questionou o que se prevê fazer com o campo de futebol de Vila Nova da Barquinha; -----
- Concorda com o facto do levantamento topográfico ser executado pela Divisão de Obras da Câmara, assim como a instalação da Empresa Espaço Mecânico no Centro de Negócios; -----
- Em relação às transferências na área da Educação salientou que espera que não seja um presente envenenado para a Câmara Municipal e que não concorda com o facto dos vínculos dos funcionários passarem a estar afectos à Câmara Municipal. Em relação às aulas extracurriculares referiu que é uma boa aposta que a Câmara Municipal fez; -----
- Relativamente ao mês do Sável e da Lampreia referiu que gostou da maneira como se projectou a iniciativa; -----
- Por último salientou que havendo coisas que concorda e outras que não concorda, mas que o importante é que se ande para a frente. Salientou que estas iniciativas não resolvem o problema da crise mas dão um impulso e contribuem para ultrapassar a crise; -----
- = O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** tomou a palavra para solicitar esclarecimentos nos seguintes assuntos: -----
- Qual o ponto da situação da Fundação Dr. Francisco Cruz; -----
- Em relação aos 20 postos de trabalho criados questionou se já existem ou ainda vão ser criados; -----
- Referir o facto de haver no Cardal muitas ruas com nomes de poetas e o facto de estar mencionado o nome de outras ruas na informação escrita; -----
- = O Senhor Deputado **Paulo Constantino** tomou a palavra para referir que o mês do Sável e da Lampreia é uma boa iniciativa ligada ao turismo mas que se lhe pode dar uma componente mais cultural. Convidou os presentes a consultarem o site do Município Sr. Fernando Freire, onde se encontra um artigo que sobre a Lampreia que pode dar aos produtos em que apostamos uma componente cultural e de informação histórica que os enriqueça, desenvolvendo o turismo cultural; -----
- **Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta:** -----
- Esclareceu que a EN3 é uma empreitada de 450 dias de execução, uma intervenção profunda com várias componentes que vai alterar a imagem da

entrada no concelho de Vila Nova da Barquinha. Saliou que é uma obra que vai trazer alguns incómodos pelo facto de haver alguns desvios de trânsito. Informou que a obra tem um valor superior 2,4 milhões de euros, havendo uma parte que não se encontra consignada, desde o cruzamento para o Cardal até ao Entroncamento, devido ao facto de haver a expectativa da duplicação do IC3 que está em fase final; -----

- Em relação à Loja do Cidadão informou que o acordo implica que Câmara estabeleça um contrato de arrendamento com o Pára Clube os “Boinas Verdes”, contratando um subarrendamento com a Agência da Modernização Administrativa. Mencionou ainda que a Câmara vai tentar que o valor da renda seja praticamente igual ao valor do subarrendamento, poderá haver uma diferença entre 100 a 200 euros. Quanto aos funcionários, informou que a Câmara irá disponibilizar um funcionário para o balcão, as Finanças irão continuar no mesmo sítio e que apenas se deslocará o Registo de Notariado e a Segurança Social. Mencionou que as obrigações da Câmara serão a sinalização, a pintura exterior do edifício, visto que as obras interiores são por conta da AMA e que inicialmente a Loja do Cidadão era para ser no edifício antigo da Câmara mas por se destinar a outra finalidade, o Mercado das Artes, este passou para o Edifício do Pára Clube; -----

- Relativamente aos processos judiciais 14º e 15º informou que o 15º é um processo da Optimus e refere-se à renovação de uma taxa que a Optimus entende que não é devida, enquanto o processo 14º está relacionado com o Centro de Negócios, mais precisamente com uma empresa do concelho, Fernando Pereira Nunes, que se encontra com problemas na sua actividade económica. O facto de se ter feito a escritura, e segundo o estipulado nos Regulamentos, até à licença de utilização a Câmara possui reserva de propriedade. Mencionou que houve um credor que quis fazer uma garantia com o terreno mas que a Câmara fez a oposição de embargo de terceiros, manifestando a intenção de reversão do terreno; -----

- Em relação aos 20 postos de trabalho informou que são os já existentes na empresa, podendo haver 2 ou 3 novos; -----

- Quanto às ruas referiu que o facto de não estar indicado o nome de algumas das constantes na listagem decorre de se tratar de uma primeira fase, havendo uma segunda e uma terceira. Quanto aos parques de estacionamento

esclareceu que são os dois já existentes se encontram em terra batida, sendo um junto às Finanças e outro próximo da Junta de Freguesia da Atalaia. Admitiu a falta de estacionamento na Moita do Norte, mas considera que as pessoas não podem querer que à frente de cada estabelecimento haja um parque de estacionamento; -----

- Em relação ao Campo de Futebol de Vila Nova da Barquinha informou que o espaço se destina ao Centro Escolar e Ciência Viva como explicado em anteriores sessões da Assembleia; -----

- No que se refere à Fundação Dr. Francisco Cruz mencionou que não há nada de novo a referir; -----

- Por último, relativamente ao mês do Sável e da Lampreia mencionou que é uma iniciativa que tem um grande retorno para o investimento baixo que é feito. Ainda referente ao mês de Sável e da Lampreia informou que a RTP iria fazer reportagens nos restaurantes aderentes à iniciativa e que muitas pessoas ao fim de semana não têm conseguido vaga para almoçar nos referidos restaurantes aderentes; -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs o prolongamento da sessão da Assembleia até ao terminús da ordem de Trabalhos do qual foi aprovado por unanimidade. -----

--- De seguida foi dada novamente a palavra aos senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** perguntou se houve algum diálogo com a CP ou REFER em relação à EN3, designadamente, sobre os espaços que percorrem a linha onde se encontram os canaviais e se há a possibilidade de construção de uma linha superior ou inferior na passagem de nível; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** colocou as seguintes questões: ---

- Qual o valor aproximado da renda ao Pára Clube; -----

- Quando entra em funcionamento a Loja do Cidadão; -----

- Salientou que o parque de estacionamento no Cardal não é o mesmo que o Sr. Presidente referenciou e que esclareceu que se tratava do processo 12º da Optimus e não o processo 15º; -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a EN3 vai ter uma via paralela e com estacionamento; -----

Relativamente à passagem superior referiu que não tem nenhuma previsão para a sua execução; -----

- Referiu que a renda a pagar ao Pára Clube Os Boinas Verdes é de 800 euros;

- Relativamente ao processo 15º mencionou que o processo da Sonae Com é o mesmo que o processo da Optimus; -----

----- Ponto Dois – Aprovação da Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso. -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

Referiu que se trata de aumentar o número de potenciais utilizadores do Cartão Municipal do Idoso passando do anterior limite de 75% do salário mínimo nacional para 90%. Salientou que o efeito conjugado do aumento de percentagens com o aumento do salário mínimo nacional se traduz num aumento de 35% relativamente ao valor per capita a partir do qual se deixava de poder beneficiar deste cartão, tendo passado o limite de 300 euros para 405 euros por idoso; -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** interrogou o executivo camarário sobre a razão de não se aplicar os 100%; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** questionou qual a razão de não se aplicar 100% e que esperava mais da alteração, que deixasse de ser necessário que qualquer cidadão tivesse de permanecer 5 anos no concelho para usufruir do cartão. Perguntou se a Câmara em Janeiro aprovou os descontos e isenções acordadas e qual tinha sido o custo do cartão do Idoso no ano de 2008; -----

= O Senhor Deputado **Fernando Marques Aparício** referiu que as Juntas de Freguesia fazem a confirmação dos dados do Idoso quando desconhecem os rendimentos do Idoso, confirmação que deveria ser desnecessária visto que o próprio idoso entrega a declaração de IRS para instrução do processo na Câmara; -----

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que a Câmara partiu de uma base de 75% e que chegar a 100% seria óptimo, sendo um caminho que tem de se ir fazendo. Mencionou que as isenções estão definidas e não necessitam de ser confirmadas. Informou que o reflexo se nota ao nível da factura da água, da tarifa do lixo e saneamento. Quanto aos rendimentos apresentados informou que a Câmara solicita às Juntas de Freguesia outros rendimentos que o idoso possa ter, como o exemplo de algum idoso que possa ter uma reforma do estrangeiro e que não a declare na declaração de IRS; -----

----- **Tendo sido colocada à votação a alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso, este foi aprovado por unanimidade.** -----

-----**Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

----- **Ponto Três – Autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.** -----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

Referiu que neste momento estão em vigor um conjunto de delegações de competências a nível da limpeza urbana, dos espaços verdes, dos recintos escolares do 1º ciclo, e que a novidade é a tipificação de algumas acções que se diferenciam Junta a Junta, como espaços verdes, cemitérios, arruamentos e que não estavam mencionados no anterior protocolo; -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que não vale a pena repisar os argumentos que se utiliza quando da discussão em Assembleia e que são esses que determinam o sentido de voto. Mencionou que esperava muito mais das transferências de competências para as Juntas mencionando que são muito limitados. Sugeriu que era importante para as Juntas de Freguesia partilharem com outras forças políticas para se criar uma nova dinâmica, alguma concorrência; -----

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** tomou a palavra para referir o mau estado em que se encontram os pontos de água no Parque Ribeirinho assim como a sujidade em que se encontram os canais de água no referido parque; --

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que conhece as limitações

das Juntas de Freguesia em termos financeiros e que cada vez são menos as suas competências, referenciando alguns casos na Atalaia. Mencionou que poderia haver um melhor aproveitamento dos recursos e que as Juntas deveriam ter mais autonomia. Salientou que a Junta de Freguesia de Tancos é uma Junta auto-suficiente devido ao barco e que eventualmente não necessitaria desta verba que poderia ir para outra. Salientou que nos Planos de Actividades as Juntas de Freguesia não assumem nenhuma responsabilidade pelas obras e que muitas das coisas mencionadas não são postas em prática; -----

= O Senhor Deputado **Fernando Marques Aparício** tomou a palavra para informar o Senhor Deputado João Filipe Ricardo que tem razão mas que a Junta de Freguesia não pode assumir as competências da Câmara, a menos que haja delegação de competências; -----

= O Senhor Deputado **Manuel Cardoso** esclareceu o Senhor Deputado João Filipe Ricardo que o Presidente da Junta de Freguesia de Tancos está 24 horas por dia ao serviço e que anda a conduzir o barco, que tem outras receitas mas que decorrem do trabalho dos seus membros; -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente que esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que depois da mensagem política do senhor Deputado Carlos Timóteo que não há dúvida que já cheira a eleições. -

- No que respeita ao Parque Ribeirinho, mais propriamente aos canais, informou que foi uma opção de projecto e que a água é retirada do rio, não tendo tido a intenção de criar uma piscina com água limpa. Mencionou que no fim-de-semana do Carnaval, mesmo sem haver qualquer festa alusiva à época, o parque estava cheio. O facto é que tem de haver colaboração e aí vai ser feita com a Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha para que haja um funcionário aos fins-de-semana, visto ser quando se encontram mais pessoas no parque e quando é necessária mais limpeza; -----

- Mencionou que o projecto da Encosta da Capela está em execução, na qual só falta entre a pré-primária e o Jardim já existente; -----

- Referiu ainda a injustiça para com algumas Juntas de Freguesia salientando que 2 das 5 Juntas de Freguesia nem recebem 25 mil euros por ano e, considerando os encargos fixos, se trata de verbas que se esgotam em 2 ou 3

subsídios. Informou que a única que chega ao 50 mil euros é a Praia do Ribatejo pelo facto de ser uma área maior e ser solicitado um conjunto de trabalhos diferentes; -----

----- Tendo sido colocada à votação a autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, esta foi aprovada por maioria com 14 votos a favor dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, José Chambel, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS e Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU, 3 abstenções dos Deputados Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva, Maria Paula Valente, do PSD; -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Deputado Municipal **Eduardo de Oliveira** apresentou **Declaração de Voto** da qual consta o seguinte: “A minha abstenção vem no seguimento da abstenção do ano anterior e que se baseia fundamentalmente que nos protocolos que têm sido feitos entre a Câmara e as Juntas de Freguesia chegamos ao fim do ano e nunca são cumpridos. As transferências de verbas para as Juntas de Freguesia nunca estão correctas.”-----

----- Ponto Quatro – Declaração de Interesse Público do Sistema de Drenagem e da Estação Elevatória proposta para as Madeiras, Praia do Ribatejo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a declaração se refere ao Sistema de Drenagem e à Estação Elevatória proposta para a Praia do Ribatejo, mais propriamente para as Madeiras cujo projecto está concluído, mas não existindo ainda garantia de financiamento nem de quem será o dono da obra. A declaração de Interesse Público deve-se ao facto da localização da Estação Elevatória e de parte dos emissários atravessarem e utilizarem uma zona de linha de água que é reserva ecológica nacional; -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados procedeu-se à votação. -----

----- Tendo sido colocada à votação a Declaração de Interesse Público do Sistema de Drenagem e da Estação Elevatória proposta para as Madeiras, Praia do Ribatejo, esta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor dos

**Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, José Chambel, Inocência Cruz, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Paulo Passos, João Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício e Manuel Cardoso do PS, Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU e Vítor Dias da Silva do PSD e 2 abstenções dos Deputados Municipais Eduardo de Oliveira e Maria Paula Valente do PSD; -----
----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

Lista de Anexos

Anexo nº1 Lista de Expediente.

Anexo nº2 Recomendação proposta pela CDU sobre as medidas para combater a crise que afecta o concelho de Vila Nova da Barquinha.

Anexo nº3 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.